



Lançamento da plataforma Onde Tem Coop será no dia 24

Na próxima quinta-feira (24) será lançada a Plataforma Onde Tem Coop. O evento ocorrerá na sede do Sistema OCB/RJ, das 14h às 18h, e reunirá cooperativas e empresas parceiras. **As inscrições já estão abertas.** A plataforma reúne experiência, inovação e cooperação em um só lugar, em um ambiente pensado para conectar pessoas e cooperativas. **Confira a programação:** 14h – Abertura - Presidente do Sistema OCB/RJ, Vinicius Mesquita - Superintendente do Sistema OCB/RJ, Abdul Nasser - Diretoria da cooperativa Onde Tem Coop 14h15 – Apresentação da plataforma - Diretoria da cooperativa Onde Tem Coop 14h45 – Parceiros OTC: Uniodonto (plano odontológico) 15h – Parceiros OTC: Coopas (produção audiovisual) 15h15 – Parceiros OTC: Assist Car (recursos de multas) 15h30 – Parceiros OTC: SG4 (consultoria em ESG) 15h45 – Parceiros OTC: Fox Import (importação/exportação) 16h – Coffee break 16h25 – Parceiros OTC: MAG Seguros (seguradora) e Credconsult (corretora) 16h50 – Parceiros OTC: Sicoob (serviços financeiros) 17h10 – Parceiros OTC: DPO Net (proteção de dados) 17h30 – Parceiros OTC: Consórcio Magalu (consórcios) 17h45 – Análise da apresentação 18h – Coquetel de integração 20h – Encerramento



Produtores de leite pedem o fim da importação de produtos lácteos

O Encontro dos Produtores Brasileiros de Leite, evento promovido pela Frente Parlamentar em Apoio ao Produtor de Leite (FPPL), com apoio do Sistema OCB, CNA e Abraleite, e de outras 14 entidades de representação do setor leiteiro, na Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (16), contou com a mobilização para alertar o governo federal sobre os atuais problemas que a cadeia de lácteos vem enfrentando, sobretudo o alto volume de importações. O presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, enalteceu a mobilização dos produtores. “O que vocês estão fazendo demonstra a capacidade de coesão de uma classe que faz toda a diferença. Vale demais, pois contribui com o diálogo junto à atores estratégicos do governo em busca de soluções mais rápidas para os produtores.”, declarou o presidente. O ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Paulo Teixeira, defendeu os produtores e frisou que 80% deles são da agricultura familiar. Na oportunidade foram apontadas ainda medidas para garantir que as mais de um milhão de propriedades rurais que produzem leite prosperem e mantenham sua renda. “Tomamos algumas medidas importantes neste primeiro

momento. Dentre elas o anúncio de compra de mais de R\$ 100 milhões em leite em pó por meio do governo. Vamos publicar ainda uma portaria para aumentar a produtividade da cadeia do leite. E seguimos abertos para novas contribuições”, anunciou. Além disso, inúmeros parlamentares da Frencoop, representantes das cooperativas agropecuárias, produtores rurais e outros atores chave para a construção de soluções visando o aprimoramento da cadeia de produção de leite marcaram presença no evento. Fonte: SomosCooperativismo



Oportunidades de negócios são apresentadas às cooperativas de artesanato

As oportunidades de negócios para cooperativistas que atuam na produção de artesanatos foram apresentadas, nesta terça-feira (15), em reunião virtual que contou com a participação de mais de dez cooperativas de nove estados, além de cooperados, analistas e da diretora do Ministério de Desenvolvimento Econômico,

Indústria e Comércio (MDIC), Raissa Rossiter. A interlocução com o Executivo corrobora com as estratégias do movimento cooperativista para, entre outras ações de fomento, de oportunizar o acesso ao mercado dos artesãos, bem como para a internacionalização dos produtos dos artesãos brasileiros. O coordenador de Ramos do Sistema OCB, Hugo Andrade, fez a abertura do encontro e anunciou o interesse da entidade para criar uma câmara técnica do artesanato. Segundo ele, o espaço é essencial para que o segmento avance em pautas institucionais e de representação junto ao ministério em relação às políticas públicas de fomento ao setor. Em seguida ele passou a palavra para o analista-técnico, Alex Macedo, que evidenciou que o espaço será um canal de interlocução permanente. “Em 2022, nossas 28 cooperativas de artesanato e seus mais de 450 artesãos faturaram R\$ 7,6 milhões. Reconhecemos nosso potencial, mas precisamos de mais dados e informações. Esse espaço vai nos ajudar a entender de forma mais objetiva a realidade dos negócios para melhor representá-los”, pontuou Macedo. A coordenadora de negócios da Gerência de Desenvolvimento de Cooperativas (Gedec) da OCB, Pâmella Jerônimo de Lima, apresentou as soluções desenvolvidas pelo SESCOOP Nacional com produtos customizados para as cooperativas, respeitando as peculiaridades do movimento. “Temos iniciativas para apoiar a inserção em mercados, ampliar e diversificar as vendas dos produtos por meio de participação em feiras, rodadas de negócios e missões internacionais. Com nosso Programa de Negócios, aplicamos diagnóstico e elaboramos soluções de acordo com a necessidade de cada cooperativa. O programa conta ainda com organização mercadológica, qualificação para exportação e promoção nacional e internacional”, afirmou. Pâmella relatou aos participantes a experiência com a cooperativa Xambiart, na região

Norte, que participa de projeto piloto para impulsionar os negócios. “Temos percebido resultados maravilhosos, que a consultoria, capacitações e participações em eventos têm gerado para a cooperativa. A metodologia feita por imersão participativa auxilia na identificação das dores e oportunidades que estavam ocultas, até então, para os cooperados. Nosso questionário aplicado está baseado nos pilares da sustentabilidade, organização social para o empreendimento, produção, gestão, agregação de valor e verticalização de cadeia e mercado. Em um prazo de 10 a 12 meses já percebemos os resultados”, descreveu. “A experiência está sendo realmente fantástica, pois estávamos rastejando e, agora, o grupo se organizou, está ativo e aumentou as vendas. É um trabalho completo e tivemos um olhar geral e próspero para o nosso crescimento”, ressaltou a representante da Xambiart, Marivalda Borges. Ainda de acordo com Pâmella, o Sistema OCB viabilizará a participação de dez coops na Feira Nacional de Artesanato e Cultura (Fenacce 2023), que está em sua 5ª edição e acontece entre 26 de setembro e 1º de outubro, no Centro de Eventos do Ceará. “A última edição reuniu 1,5 mil artesãos de 25 estados e contou com 48 mil visitantes. Além dos negócios, há capacitações, workshops, programação cultural e rodada de negócios internacionais junto à ApexBrasil e Sebrae Nacional. Países como EUA, Emirados Árabes Unidos, Tailândia, Reino Unido, França e Alemanha estarão presentes e com interesse nos produtos”. **Ações do Executivo** A diretora Raissa Rossiter falou sobre as perspectivas do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), fez um apanhado histórico da legislação do setor e apresentou dados, de junho deste ano, do Sistema de Informações e Cadastro do Artesanato Brasileiro (Sicab), que demonstram o tamanho do segmento e a necessidade de otimizar as políticas públicas para os artesãos. “O programa vem evoluindo entre

altos e baixos, mas cabe mencionar que o reconhecimento da profissão determinou o crédito específico para a categoria, o acesso às escolas de qualificação técnicas e outras ações nas quais estamos empenhados para aplicar cada vez mais os dispositivos da lei. Temos como público-alvo 203.835 artesãos registrados e a maioria são mulheres (76%). A renda de 81% desses profissionais atinge até três salários mínimos. Outro dado interessante é que temos 2% deles exportando e 14% já realizaram capacitação técnica ou gerencial. Outro desafio destacado pela diretora é a promoção da categoria com a atualização das políticas públicas, aperfeiçoamento e regulamentação de marcos normativos, inclusão econômica e municipalização de políticas. “Em alguns estados, o artesanato está sob a alçada da Secretaria de Cultura, outros na de Trabalho e outros na de Lazer. E sabemos que o setor é relevante não apenas sob o ponto de vista cultural, mas também econômico e social. Ele gera emprego, renda, desenvolvimento local e, se articulado com outros segmentos como o de turismo, pode ser inserido na economia criativa”, destacou. Raissa também salientou a importância da parceria com o Sistema OCB. “Alguns dados precisam ser mais precisos do ponto de vista estatístico para orientar de forma mais consistente nossas ações. A interlocução com o Sistema OCB é fundamental, pois o artesanato é um setor fortemente vinculado a cultura da cooperação e da associação. Queremos criar um fórum com os principais atores para discutirmos e aperfeiçoarmos as políticas. Para se ter uma ideia, até 2022, foram vendidos R\$ 23 milhões que beneficiaram 4.553 artesãos em feiras nacionais. Estamos trabalhando por um conjunto de iniciativas que fomentarão o acesso cada vez maior deles a mercados”. **Experiências** O assessor institucional da Ocemg, Geraldo Magela, relatou que o coop mineiro se candidatou junto à Unesco pelo modo de produzir seus queijos artesanais –

que embora não esteja contemplado na Lei, é mais uma oportunidade de divulgar produtos feitos pelas mãos dos brasileiros. “Isso para nós é uma riqueza, pois estamos em atividade há 300 anos. Temos potencial não só no queijo, mas em vários produtos. Nosso acordo de cooperação com a Secretaria de Estado de Educação tem ajudado a desenvolver o artesanato dentro da economia colaborativa”, contou. O diretor presidente Cooperativa Artesa, de Cabeceiras (PB), Ângelo Márcio, ressaltou a importância dos financiamentos e da carteira profissional de artesão para facilitar o acesso ao crédito. “Nosso artesanato está há 20 anos no mercado e vendemos dentro e fora do país. Queremos vender mais, então, a questão dos financiamentos podem nos ajudar muito”, explicou. A representante da Cooperativa dos Artesãos do Estado de Goiás (Cartago), Maria do Cerrado, parabenizou as ações e disse estar otimista. “Estou no artesanato há 25 anos e vi várias cooperativas e associações nascerem e morrerem sem ter acesso a nenhum desses estímulos. Estamos esperançosos de que tudo está mudando. Espero que o programa abra espaço maior para nossas vendas e o marketplace vai nos ajudar bastante também”. Fonte: SomosCooperativismo



Cooperativismo defende ato

cooperativo em audiência no Senado

O setor produtivo debateu os impactos da Reforma Tributária (PEC 45/19), nesta terça-feira (15), em audiência pública promovida pelo Grupo de Trabalho do Senado que discute o tema. A reunião foi requerida pelos senadores da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), Vanderlan Cardoso (PSD-GO) e Efraim Filho (União-PB). O colegiado realizará ciclos de debates e consolidará as sugestões em emendas a serem apresentadas ao relator da proposta, senador Eduardo Braga (MDB-AM). O consultor tributário do Sistema OCB, João Caetano Muzzi Filho, representou o movimento cooperativista no debate. Ele iniciou a exposição com dados mundiais e brasileiros que reforçam a importância econômica e o impacto socioambiental gerado pelo modelo de negócios em benefício das pessoas e comunidades. “São três milhões de cooperativas, um bilhão de cooperados (12% da humanidade) e mais de 280 milhões e empregos gerados (4% da população) no mundo. Os ingressos das 300 maiores cooperativas são de US\$ 2,17 trilhões. No Brasil, somos 4,6 mil cooperativas, mais de 20 milhões de cooperados e 524 mil empregos gerados, com ingressos de R\$ 656 bilhões”, descreveu. A manutenção do texto aprovado pela Câmara dos Deputados foi o ponto de defesa do consultor. Ele salientou que o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo é um sinal de respeito as peculiaridades do modelo e que a inclusão deste dispositivo no texto da Reforma Tributária (Art. 156-A, § 5º, inciso V, alínea “d”) não é um benefício. “Trata-se de respeitar à estrutura societária das cooperativas e sua lógica operacional, já que ela representa uma sociedade de pessoas e não de capital. Além disso, os resultados positivos ou negativos são compartilhados entre os cooperados”, explicou. Muzzi fez um alerta sobre os privilégios que atingem as sociedades mercantis.

“Nestas sociedades se isenta a distribuição de lucros e nas cooperativas o cooperado é tributado na pessoa física. Percebemos que a reforma privilegiou o consumo e o modelo cooperativista é um dos poucos que paga tributo em cima de riqueza. O associado pagar 25% de alíquota descredencia o modelo e seria altamente destrutivo. Reforço, tributar a cooperativa e o cooperado inviabiliza os negócios cooperativista”, asseverou. O consultor salientou que o ato cooperativo já está previsto na Constituição de 1988 (Artigo 146, inciso III, alínea “c”) e que no Artigo 174 (§ 2º), está caracterizado o dever do Estado em apoiar e estimular o cooperativismo. “O ciclo virtuoso do coop é uma referência mundial. Onde tem coop, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é maior. As pessoas se unem por um propósito, geram trabalho, renda e prosperidade. O ato está na Constituição e precisa ser regulamentado. Ele precisa ser único, pois a riqueza se fixa na pessoa física, então o imposto deve incidir no cooperado, uma vez que a cooperativa apenas faz a intermediação na compra ou venda dos produtos de seus associados”, relatou. Muzzi também defendeu o regime de aproveitamento do crédito nas etapas anteriores da cadeia. “A perda desse direito de crédito também é prejudicial ao cooperativismo. Quem comprará da cooperativa se não terá esse ganho? A ideia da Câmara dos Deputados foi estruturar uma neutralidade jurídica e econômica no modelo de Imposto de Valor Agregado (IVA). Então, rogamos pela manutenção do texto, com o detalhe de que precisamos do crédito de equilíbrio”, pleiteou. O gerente executivo de Economia da CNI, Mario Sergio Carraro Telles; o economista da Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Fábio Bentes; o coordenador do Núcleo Econômico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Renato Conchon; e o presidente da União Nacional de Entidades do Comércio e

Serviços (Unecs), João Carlos Galassi, foram os outros convidados a expor durante a audiência. Entre os temas debatidos estão a simplificação e a desburocratização tributárias; o imposto sobre valor agregado (IVA) sob o ponto de vista da indústria e do comércio; o IVA sob o ponto de vista do setor de serviços; partilha de receitas, Fundo de Desenvolvimento Regional e compensações por perdas de arrecadação; e Zona Franca de Manaus, regimes fiscais especiais e benefícios fiscais. **Entenda:** Com a Reforma Tributária, o Brasil passará a adotar o regime de Imposto Sobre o Valor Agregado já praticado em diversos países. O tributo será dual, uma vez que, na esfera federal, o PIS e a Cofins são reunidas na Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS), e os estados e municípios terão o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), em substituição ao ICMS e ao ISS. Muzzi apresentou os aspectos gerais da reforma em seminário direcionado à tributaristas e contadores.

Fonte: Somos Cooperativismo

capacita**coop**

A plataforma de **qualificação** do **coop** brasileiro

100% gratuito

+ de 100 cursos

Capacitacoop - A plataforma de **ensino a distância** do cooperativismo brasileiro

Cursos com **Certificação**

100% on-line

Sistema**OCB/RJ**
OCB/RJ: 010000193

capacita**coop** Sistema**OCB**
Cooperativismo em Movimento

Assembleias Gerais

Como realizar e estimular a participação